



**Celg Geração e Transmissão S.A.**  
**CELG GT**  
CNPJ 07.779.299/0001-73 - CAPITAL FECHADO



**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**1 MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas

Submetemos, para apreciação e em cumprimento às disposições legais e estatutárias, o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhados do parecer dos Auditores Independentes, concernentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.

A CELG GT, subsidiária do grupo econômico Companhia Celg de Participações – CELGP, continua atuando com o objetivo de manter o fomento ao crescimento contínuo e sustentável da economia goiana, investindo em melhorias, reforços e ampliação do sistema de transmissão de 230 kV a fim de manter a confiabilidade do sistema elétrico, além de ampliar a capacidade de geração de energia elétrica.

A eficiência operacional é uma busca contínua da CELG GT. Com isso, o desafio de reduzir custos e despesas poderá trazer ganhos através de medidas operacionais e disciplina financeira para que, já em 2012, possamos obter resultados melhores que os de 2011, quando tivemos nas despesas financeiras o principal impacto do resultado.

**2 ATIVIDADE DE TRANSMISSÃO E GERAÇÃO**

Em relação à atividade de Transmissão de Energia Elétrica em 230 kV, no ano de 2011, pode-se destacar o que iniciou e o que foi dado prosseguimento: seccionamento da Linha de Transmissão Anhanguera/Palmeiras, construção de trecho de 1,8 km e instalação de módulo de Entrada de Linha na Subestação Carajás – 230 kV; seccionamento da Linha de Transmissão Anhanguera/Cachoeira Dourada circuito 2, em 230 kV, na Subestação Planalto; seccionamento da Linha de Transmissão em 230 kV Anhanguera/Firminópolis, na Subestação Palmeiras; instalação do 2º transformador trifásico 230/69 kV, 50 MVA, na Subestação Palmeiras e respectivos módulos de conexão; instalação do 2º banco de autotransformadores de 230/138 kV, 225 MVA, composto por três unidades monofásicas de 75 MVA, na Subestação Carajás com respectivos módulos de conexão; instalação do 3º banco de autotransformadores de 230/138 kV, 100 MVA, composto de três unidades monofásicas com 33,3 MVA, na Subestação Anhanguera e respectivos módulos de conexão.

No que se refere à atividade de Geração, ressalta-se que a capacidade da CELG GT totaliza 30,4 MW, distribuídos em 03 usinas hidrelétricas próprias: UHE São Domingos (12 MW), PCH Rochedo (4 MW) e CGH Mosquito (0,35 MW), complementada por mais 14,05 MW pela participação na UHE Corumbá III, com participação em 15%.

É oportuno destacar o diálogo com empresas do setor privado, com vistas a parcerias e novos negócios, nos estudos para implantação de unidades geradoras localizadas nas bacias do rio Paranã, Meia Ponte, Palma/Mosquito e Claro.

No tocante a responsabilidade socioambiental, a empresa cumpre sua missão em colaborar com a melhoria da qualidade de vida da população goiana, gerando e transmitindo energia para o desenvolvimento sustentável de todas as regiões do Estado.

Embora alguns dos aproveitamentos hidrelétricos tenham sido implantados em datas anteriores à legislação ambiental, todos eles, assim como as Linhas de Transmissão e as Subestações, se encontram de acordo com as normas ambientais vigentes, estando devidamente licenciadas pelos órgãos ambientais competentes.

Toda energia gerada e transmitida é proveniente de fonte hidráulica, portanto, limpa e renovável.

Os reservatórios ocupam uma pequena área de inundação e pelo longo tempo passado desde a implantação dos empreendimentos, os efeitos deletérios atualmente diagnosticados pelos Planos de Gestão Ambiental são considerados baixos.

A elaboração de projetos para novas instalações se enquadra dentro das exigências legais, confirmando o compromisso de ser uma empresa sócio, cultural e ambientalmente correta.

O traçado das Linhas de Transmissão e a localização das Subestações respeitam as Unidades de Conservação e Áreas de Preservação Permanente, pois em suas travessias é adotado o alteamento das estruturas, mitigando assim os impactos ao meio ambiente.

Os mesmos procedimentos são exigidos pela CELG GT quando é estabelecida uma parceria com outros agentes, públicos e/ou privados, para obras de geração e transmissão buscando a manutenção ou, quando for o caso, a recuperação dos espaços que sofrem influência das instalações realizadas em conjunto.

**3 ASPECTOS TARIFÁRIOS E PREÇOS**

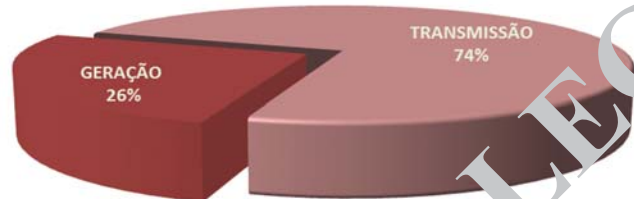
A receita da CELG GT é composta da Receita Anual Permitida – RAP decorrente do uso das instalações de transmissão pertencentes ao Sistema Nacional de Transmissão – SIN, e da comercialização de Energia Elétrica através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, em contratos de compra e venda no Ambiente de Contratação Regulado – ACR e liquidação no Mercado de Curto Prazo (Spot) operacionalizado pela CCEE, e, no ACR foram vendidos 142.421 MWh.

A Receita Anual Permitida do sistema de transmissão foi reajustada em 01 de julho de 2011, em 9,773%, correspondente à variação do IGPM nos últimos doze meses.

Os preços dos contratos CCEAR foram reajustados em média 6,5%, correspondente à variação do IPCA nos doze últimos meses, anteriores às datas de reajuste das tarifas de fornecimento das Distribuidoras com as quais a CELG GT possui contratos de compra e venda de energia elétrica.

A Receita Operacional da CELG GT em 2011, originada de suas atividades como geradora e transmissora de energia elétrica, totalizou R\$ 82,9 milhões de reais, dos quais 74% referem-se ao uso do sistema de transmissão e 26% proveniente de geração.

**COMPOSIÇÃO DA RECEITA POR ATIVIDADE**



**4 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

A evolução da receita bruta foi de 13,3%, passando de R\$ 73,2 milhões em 2010, para R\$ 82,9 milhões em 2011, e as deduções da receita operacional bruta foram o equivalente a 21,7%, tendo o aumento em 15,5%. No ano 2011 a empresa apresentou lucro de R\$ 250 mil.

Dados econômico-financeiros da CELG GT em 2011:

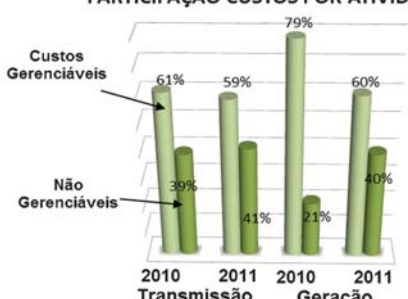
Dados Econômicos	Geração (R\$)		Variação 2011/2010 (%)	Transmissão (R\$)		Variação 2011/2010 (%)	Total R\$		Variação 2011/2010 (%)
	2010	2011		2010	2011		2010	2011	
Receita Bruta Operacional	19.502	21.755	11,14	53.666	61.233	14,10	73.168	82.789	13,15
Receita Operacional Líquida	17.931	8.826	(50,77)	39.700	37.430	(5,72)	57.631	46.137	(19,94)
EBITDA	10.258	4.627	(54,61)	18.124	22.232	22,67	28.374	26.735	(5,78)
EBIT - Resultado do Serviço	5.255	333	(93,37)	7.920	2.790	(65,23)	13.175	3.023	(76,84)
Resultado Financeiro	(7.239)	33	(112,42)	(11.750)	(8.975)	(23,68)	(19.987)	(8.077)	(57,46)
Resultado Operacional	(1.973)	1.500	(200,90)	(8.969)	(1.741)	(80,59)	(10.942)	250	(102,28)
Lucro/Prejuízo Líquido	(2.311)	1.999	(186,52)	(8.976)	(1.741)	(80,60)	(11.627)	250	(102,28)
Ativo Total							384.316	399.230	3,88
Investimentos							47.372	50.707	7,04
Passivo Circulante e Não Circulante							91.853	106.517	15,96
Patrimônio Líquido - PL							292.463	292.713	0,09

Indicadores Econômico-Financeiros	2010		2011	
	2010	2011	2010	2011
Margem EBITDA	57,2%	52,4%	45,7%	59,4%
Margem EBIT	29,3%	12,4%	7,0%	19,3%
Margem Líquida	-12,8%	22,6%	-22,6%	-4,7%
Depreciação / EBITDA	34,4%	76,4%	82,8%	67,5%
Grau de cobertura operacional	1,42	(5,15)	1,54	2,48
Patrimônio Líquido e reservas / EBITDA			10	11

Os custos não gerenciáveis apresentaram aumento na participação do custo total, tanto para a atividade de transmissão quanto para a atividade de geração, enquanto os custos gerenciáveis reduziram a participação na composição do custo total. Na atividade de transmissão estes custos passaram para 59% e na geração atingiu 60%.

**PARTICIPAÇÃO CUSTOS POR ATIVIDADE (%)**



O Patrimônio Líquido da empresa teve aumento de 0,1%, em 31 de dezembro de 2011, encerrando o exercício em R\$ 292.713 mil. Assim, a estrutura de capital encerrou o exercício com 67,2% de capital próprio e 32,8% de capital de terceiros, tendo este elevado 7,4% em relação a 2010.

**5 AUDITORES INDEPENDENTES**

No que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa, a CELG GT segue princípios que preservam a independência do auditor, que não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais nem advogar por seu cliente.

As demonstrações financeiras individuais, e, consolidadas em todos os seus aspectos relevantes quanto à posição patrimonial e financeira da Concessionária, com relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram auditadas pela UHY Moreira Auditores. A política da Companhia e de suas controladas, veda a contratação de seus auditores independentes para a prestação de serviços que acarretam conflito de interesses ou perda de objetividade dos mesmos. A CELG GT adota um sistema de rodízio de seus auditores independentes, com periodicidade de cinco anos, atendendo à determinação da CVM, e, conforme previsto em lei, os mesmos são selecionados por meio de processo de licitação pública.

**6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com a expectativa de crescimento da economia brasileira em 2012, a CELG GT tem um papel relevante nesse contexto, como empresa de fomento no crescimento econômico do Estado de Goiás, através de investimentos na expansão da geração, em fontes renováveis, e transmissão de energia elétrica.

A Administração da CELGPAR é grata ao Governo de Goiás, nosso acionista majoritário, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Na oportunidade, estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, bem como às comunidades servidas pela Companhia, aos acionistas e demais investidores e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

**Balanco Social Anual / 2011  
Empresa: CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S/A - CELG GT**

1 - Base de Cálculo	2011 Valor (Mil reais)		2010 Valor (Mil reais)	
Receita líquida (RL)	14.523	958	12.923	57.631
Resultado operacional (RO)	250	1.999	250	8.045
Folha de pagamento bruta (FPB)	14.523	14.523	12.923	12.923

2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	651	4,49%	1,00%	543	4,20%	0,94%
Encargos sociais compulsórios	3.230	22,23%	4,97%	3.494	27,04%	6,06%
Previdência privada	47	0,33%	0,03%	348	2,69%	0,60%
Saúde	263	1,81%	0,40%	208	1,61%	0,36%
Segurança e saúde no trabalho	6	0,04%	0,02%	14	0,11%	0,02%
Educação	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	16	0,11%	0,02%	28	0,22%	0,05%
Creches ou auxílio-creche	2	0,01%	0,04%	14	0,11%	0,02%
Participação nos lucros ou resultados	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
<b>Total - Indicadores sociais internos</b>	<b>4.614</b>	<b>31,75%</b>	<b>7,10%</b>	<b>4.649</b>	<b>35,97%</b>	<b>8,07%</b>

3 Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Saúde e saneamento	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esporte	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
<b>Total das contribuições para a sociedade</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
Tributos (excluídos encargos sociais)	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
<b>Total - Indicadores sociais externos</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>

4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
<b>Total dos investimentos em meio ambiente</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>

Quando ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumento a eficácia na utilização de recursos financeiros, a empresa

(\*) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75%  
( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 100% ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 100%

5 - Indicadores do Corpo Funcional	2011	2010
Nº de empregados(as) ao final do período	72	67
Nº de admissões durante o período	0	0
Nº de empregados(as) terceirizados	84	84
Nº de estagiários (as)	20	23
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	40	43
Nº de mulheres que trabalham na empresa	5	3
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	18,00%	30,00%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	1	1
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0,00%	0,00%
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	0	0

**6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial**

	2011 valor (mil reais)	Metas 2012
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	7	5
Número total de acidentes de trabalho	0	0
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por	( ) direção e gerências	(*) direção e gerências ( ) todos(as) empregados(as) ( ) direção e gerências (**) direção e gerências ( ) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as) (*) todos(as) + Cipa ( ) direção e gerências ( ) todos(as) empregados(as) (*) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as)	( ) não se envolve	(*) segue as normas da OIT ( ) todos(as) as normas da OIT ( ) não se envolverá (**) seguirá as normas da OIT ( ) incentivar e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção e gerências	(*) todos(as) empregados(as) ( ) direção e gerências ( ) direção e gerências (**) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as) ( ) direção e gerências ( ) direção e gerências (**) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela	(*) não são considerados	(*) são considerados ( ) são considerados ( ) não são considerados (**) serão sugeridos ( ) serão sugeridos
Quanto a participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa	( ) não se envolve	(*) apoia ( ) organiza e incentiva ( ) não se envolverá ( ) apoiará (**) organizar e incentivar
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as) na empresa	0	na Justiça 0
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 0%	no Procon 0% na Justiça 0% na empresa 0% no Procon 0% na Justiça 0%

Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2010: 40.145	Em 2011: 51.877
Distribuição do Valor a distribuir (DVA):	42,2% governo 00% acionistas 53,7% terceiros	37,3% governo 00% acionistas 34,2% terceiros 28,0% colaboradores(as) 0,5% retido

**7 - Outras Informações**



Foto Subestação Celg




**Celg Geração e Transmissão S.A.**  
**CELG GT**  
 CNPJ 07.779.299/0001-73 - CAPITAL FECHADO

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010**  
 (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Notas	Controladora		Consolidado		PASSIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010			31/12/2011	31/12/2010		
<b>CIRCULANTE</b>											
Caixa e equivalentes de caixa	4	31.378	12.057	33.017	12.846	Fornecedores	11	615	539	670	4.856
Contas a receber	5	1.689	996	3.088	1.961	Folha de pagamento		433	351	438	365
Ativo financeiro - Bens da concessão	5	53.980	60.100	53.980	60.091	Tributos e contribuições sociais	12	854	2.190	1.040	2.331
Adiantamento a fornecedores		16	16	21	18	Empréstimos e financiamentos	13	775	702	3.551	3.481
Créditos fiscais	6	658	480	659	481	Taxas regulamentares	15	2.408	2.271	2.571	2.388
Outros devedores		45	573	200	23	Transação com partes relacionadas	18	41.288	37.290	45.679	39.876
Transação com partes relacionadas	19	4.313	9.891	4.313	9.891	Outros		107	97	214	97
Depósitos vinculados a litígio		46	-	46	-	Total do passivo circulante		46.480	43.440	54.163	53.111
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	(103)	(250)	(103)	(250)	<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Estoques		3.193	3.232	3.193	3.232	Empréstimos e financiamentos	13	12.666	6.023	41.325	37.348
Despesas pagas antecipadamente		121	123	121	157	Obrigações estimadas	14	1.282	1.026	1.295	1.041
Total do ativo circulante		95.336	87.218	98.535	88.450	Provisão para contingências	16	150	150	150	150
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						Transação com partes relacionadas	18	45.939	41.214	43.339	41.214
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>						Total do passivo não circulante		60.037	48.413	63.709	79.753
Fundos vinculados	18	-	-	1.614	1.585	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Depósitos vinculados a litígio		-	22	-	22	Capital realizado	19	321.125	321.125	321.125	321.125
Ativo financeiro - Bens da concessão	5	214.343	208.111	214.343	208.111	Prejuízos acumulados		(28.412)	(28.662)	(28.412)	(28.662)
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC		-	-	-	8.089	Total do patrimônio líquido		292.713	321.125	292.713	292.463
Bens e direitos destinados à alienação	7	286	286	286	286	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>					
Total do ativo não circulante		303.894	297.098	337.050	337.160			399.230	384.316	435.585	425.610
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>399.230</b>	<b>384.316</b>	<b>435.585</b>	<b>425.610</b>						

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS**  
 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010  
 (Valores expressos em milhares de reais)

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010**  
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro/prejuízo por ações)

	Notas	Controladora		Consolidado		FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
		01/01/2011	01/01/2010	01/01/2011	01/01/2010					
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	20	53.926	47.755	64.958	57.631	Recebimentos de clientes e outros	63.100	53.946	76.540	64.290
<b>CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS</b>	21	(37.803)	(38.690)	(41.456)	(42.098)	Pagamentos a fornecedores	(6.396)	(5.896)	(8.355)	(6.511)
<b>LUCRO BRUTO</b>		16.123	9.065	23.502	15.533	Pagamentos a empregados	(13.572)	(11.792)	(13.678)	(11.866)
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	21	(7.791)	(6.558)	(8.934)	(7.488)	Pagamentos de impostos e contribuições	(18.111)	(15.353)	(19.452)	(16.388)
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS</b>		8.332	2.507	14.568	8.045	Outras despesas operacionais e administrativas	(885)	(562)	(1.023)	(677)
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>		2.458	1.278	2.715	1.467	<b>RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	24.136	20.343	34.032	28.848
Variações monetárias		606	717	606	717	<b>FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	(4.048)	(7.700)	(7.518)	(10.737)
Outras		513	361	513	402	Aquisição de investimentos	(680)	(972)	(2.189)	(839)
Ganho/Perda de equivalência patrimonial		3.161	2.259	-	-	Aquisição de ativo imobilizado	(11.867)	(7.215)	(13.490)	(10.394)
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>		(6.738)	(4.615)	(3.834)	(2.586)	Rendimentos e aplicações financeiras	1.435	387	1.516	396
Encargos de dívidas		(9.474)	(11.315)	(11.949)	(13.974)	Dividendos recebidos	559	-	140	-
Variações monetárias		(4.509)	(6.817)	(4.509)	(6.817)	Crédito com controladora	6.505	100	6.505	100
Outras		(832)	(261)	(1.311)	(782)	<b>RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	(4.048)	(7.700)	(7.518)	(10.737)
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>		(8.077)	(13.778)	(13.935)	(18.987)	<b>FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	6.628	-	6.628	-
<b>LUCRO / PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		250	(11.271)	633	(10.942)	Aporte de Capital	-	-	-	669
Imposto de renda		-	(4)	(239)	(209)	Dividendos	-	-	-	-
Contribuição social		-	(2)	(144)	(126)	Pagamento de serviço da dívida	(7.395)	(893)	(12.971)	(6.659)
<b>LUCRO / PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		250	(11.277)	250	(11.277)	<b>RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	(767)	(893)	(6.343)	(5.990)
Lucro / Prejuízo por ações		0,00	(0,04)	0,00	(0,04)	<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES</b>	19.321	11.750	20.171	12.121

	Notas	Controladora		Consolidado		AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010					
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		12.057	307	12.846	725	Caixa e equivalentes de caixa no final do período	31.378	12.057	33.017	12.846
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES</b>		<b>19.321</b>	<b>11.750</b>	<b>20.171</b>	<b>12.121</b>					

**DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS**  
 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010  
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado		DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	
		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010						
<b>GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		71.344	62.816	82.908	73.168	Pessoal	14.188	12.315	14.533	12.923	
Receita operacional bruta		71.344	62.816	82.908	73.168	Governo	18.053	15.843	19.325	16.926	
Provisão/Reversão para créditos de liquidação duvidosa		146	(10)	146	(10)	Financiadores	14.815	18.393	17.769	21.573	
Insumos:		(3.591)	(3.609)	(4.659)	(4.722)	Lucro / Prejuízo do período	250	(11.277)	250	(11.277)	
Serviços de terceiros		(467)	(308)	(467)	(308)						
Materiais		(8.337)	(9.357)	(9.857)	(10.240)	<b>VALOR ADICIONADO TOTAL</b>	<b>47.306</b>	<b>35.274</b>	<b>51.877</b>	<b>40.145</b>	
Outros custos operacionais		59.095	49.532	68.071	57.888						
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>		59.095	49.532	68.071	57.888						
Quotas de reintegração		(3.570)	(3.579)	(5.071)	(5.035)						
Amortização do ativo financeiro - Concessões		(14.957)	(15.294)	(14.957)	(15.294)						
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO</b>		40.568	30.659	48.043	37.559						
Receitas financeiras e variações monetárias ativas		3.577	2.356	3.834	2.586						
Resultado de equivalência patrimonial		3.161	2.259	-	-						
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL</b>		<b>47.306</b>	<b>35.274</b>	<b>51.877</b>	<b>40.145</b>						

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS**  
 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010  
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total Patrimônio Líquido
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009</b>	321.125	(17.385)	303.740
Prejuízo líquido do período	-	(11.277)	(11.277)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010</b>	321.125	(28.662)	292.463
Lucro líquido do período	-	250	250
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011</b>	321.125	(28.412)	292.713

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**José Fernando Navarrete Pena**  
 Diretor - Presidente  
 CPF nº 303.118.701-63

**Braulio Afonso Moraes**  
 Diretor Vice-Presidente  
 CPF nº 082.965.101-20

**Asley Stecca Steindorff**  
 Diretor Técnico e Comercial  
 CPF nº 823.112.501-91

**Cleiton Silva Ferreira**  
 Contador CRC-GO 018721/O-6  
 CPF nº 964.944.921-34





**Celg Geração e Transmissão S.A.**  
**CELG GT**  
CNPJ 07.779.299/0001-73 - CAPITAL FECHADO



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010.**  
(Valores expressos em milhares de reais)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A CELG Geração e Transmissão S.A. – CELG GT (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia CELG de Participações (“CELGPAR”), com sede na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, Brasil, constituída em 15 de dezembro de 2005 com início das suas operações a partir de 1º de setembro de 2006, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Companhia Energética de Goiás – CELG, determinado pelo Governo Federal conforme Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004.  
Em 20 de maio de 2011, através da ata da 26ª Assembléia Geral Extraordinária, o nome fantasia da companhia foi alterado, sendo substituído “CELG G&T” por “CELG GT”.  
Objeto Social  
A CELG GT está destinada à exploração técnica e comercial de instalações de geração e de transmissão que lhes foram outorgados pelo Poder Concedente, para isso poderá realizar estudos, elaborar projeções, pesquisar, planejar, construir e operar instalações de geração, transformação e transporte de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a CELG GT está autorizada a participar de consórcios ou companhias, em conjunto com empresas privadas, com o objetivo de desenvolver atividades nas áreas de energia, observada a legislação aplicável.  
A Companhia possui três usinas hidrelétricas, linhas e subestações de transmissão pertencentes à rede básica do sistema brasileiro de geração e transmissão.  
Concessões  
A transferência das concessões de geração e transmissão de energia elétrica da Companhia Energética de Goiás para a CELG GT foi aprovada pela ANEEL através da Resolução Autorizativa nº 643 de 25 de julho de 2006.  
A Companhia detém junto à ANEEL as seguintes concessões:

Geração	Localidade	Contrato	Data concessão	Vencimento	Capacidade instalada (MW)	Capacidade utilizada (MW)
Hidrelétricas:						
Rochedo	Rio Meia Ponte	62/2000	17/08/1999	07/07/2015	4.000	4.000
São Domingos	Rio São Domingos	62/2000	22/05/1981	24/05/2011	12.000	12.000
Mosquito	Rio Mosquito	62/2000	17/08/1999	07/07/2015	0.360	0.360
					<b>16,360</b>	<b>16,360</b>

1 - Em 14 de março de 2008 foi solicitado a renovação da concessão pela administração da Celg GT, aguardando posicionamento do órgão regulador.

Transmissão	Localidade	Contrato	Data concessão	Vencimento	Capacidade instalada (MVA)
Rede básica	Goiás	63/2001	07/07/1995	07/07/2015	1.989

**Participações**

A Companhia possui a seguinte participação societária:  
• Energética Corumbá III S.A. (Controlada em conjunto – participação de 37,5%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, por meio da Usina Hidrelétrica Corumbá III, localizada em Luziânia, no Estado de Goiás. A Usina iniciou a operação comercial em 24 de outubro de 2009.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**2.1. Bases de elaboração e apresentação**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). Em conformidade com a legislação brasileira vigente, essas demonstrações financeiras apresentam a avaliação do investimento em empreendimento controlado em conjunto pelo método da equivalência patrimonial. Desta forma, essas demonstrações financeiras não são consideradas como estando conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – IFRS, que exigem a avaliação destes investimentos pelo seu valor justo ou pelo seu valor de custo.  
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.  
As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro foram autorizadas pela Diretoria Executiva.

**2.2. Moeda funcional e de apresentação**  
Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

**2.3. Uso de estimativas, julgamentos e premissas**  
A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.  
Esses julgamentos, estimativas e premissas são revisados ao menos mensalmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que estas são revisadas.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive para contingências trabalhistas e transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.  
**2.4. Procedimentos de consolidação**  
As informações financeiras consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Celg GT e de sua controlada em conjunto. A controlada em conjunto é consolidada proporcionalmente a partir da data em que o controle compartilhado se iniciou, desde que este controle deixar de existir.  
Em 31 de dezembro de 2011 a participação na controlada se apresentava da seguinte forma:

Controlada em conjunto	Data base das demonstrações financeiras		Participação %
	31/12/2011	31/12/2010	
Energética Corumbá III S/A - ECIII	31/12/2011	31/12/2010	37,50

**3. Principais práticas contábeis**

**a. Caixa e equivalentes de caixa**

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa o dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter liquidez imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

**b. Contas a receber**

Representam os valores faturados aos concessionários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme contratos realizados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEARs, operações realizadas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e os valores a receber referentes aos serviços de construção, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável da transmissão.

O ativo indenizável, registrado ao término da construção, refere-se à parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão e ao qual a Companhia terá direito de receber caixa ou outro ativo financeiro, ao término da vigência do contrato de concessão. Conforme definido nos contratos, a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se o levantamento e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores das datas de sua incorporação ao sistema elétrico. A Companhia estimou o valor de indenização de seus ativos com base nos respectivos valores de livros, sendo este o montante que a Administração entende ser o mínimo garantido pela regulamentação em vigor. Considerando que a Administração monitora de maneira constante a regulamentação do setor, em caso de mudanças nesta regulamentação que, porventura alterem a estimativa sobre o valor de indenização dos ativos, os efeitos contábeis destas mudanças serão tratados de maneira prospectiva nas Demonstrações Financeiras. No entanto, a Administração tem a seu compromisso em continuar a defender os interesses dos acionistas da Companhia na realização destes ativos, visando a maximização do retorno sobre o capital investido na concessão, dentro dos limites legais.

**c. Provisão para créditos de liquidação duvidosa**  
É constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber da Companhia. Os critérios de constituição da provisão estão descritos na nota explicativa nº 5.

**d. Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio de aquisição e inclui custos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em transportes, suas localizações e condições existentes. Os materiais em estoque são classificados no ativo circulante e os destinados a obras são classificados no Ativo Imobilizado, não sendo depreciados ou amortizados.

**e. Investimentos**

As informações financeiras da controlada em conjunto é reconhecida através do método de equivalência patrimonial. O investimento da Companhia inclui o ágio pago na aquisição, líquido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

**f. Imobilizado**

Os bens do Ativo Imobilizado são registrados ao custo de aquisição ou construção e deduzidos da depreciação e amortização acumulada.

A depreciação é calculada sobre os bens do ativo imobilizado em serviço, pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados em respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Portaria DNEEE nº 815 de 30 de novembro de 1994, às taxas constantes na tabela anexa à Resolução ANEEL nº 2 de 24 de dezembro de 1997 e nº 44 de 17 de março de 1999, atualizada pela Resolução nº 240 de 5 de dezembro de 2006, as quais refletem a vida útil estimada dos bens.

**g. Intangível**

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com tal finalidade. Os ativos intangíveis serão amortizados somente caso sua vida útil puder ser razoavelmente estimada, caso contrário serão considerados como de vida útil indefinida, sendo assim sujeitos ao teste de recuperabilidade econômica.

**h. Empréstimos e financiamentos**

São atualizados pelas variações monetárias incorridas até a data do balanço, incluindo juros e demais encargos previstos contratualmente. A Companhia não possui operações em moeda estrangeira.

**i. Plano de suplementação de aposentadoria e pensão**

A CELG GT é patrocinadora da ELETRA - Fundação CELG de Seguros e Previdência. Os custos associados ao plano previdenciário são reconhecidos à medida que as contribuições são devidas, observando o regime de competência e a Deliberação CVM nº 371 de 13 de dezembro de 2000.

**j. Imposto de renda e contribuição social**

São calculados e provisionados com base nas alíquotas efetivas, vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras, de imposto de renda e contribuição social.

**k. Resultado**

O Resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

**l. Estimativas**

A preparação das informações financeiras requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas da Companhia, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa.
- Provisão para contingências.
- Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

**m. Informações por segmento**

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revisados frequentemente pela Administração para decisões sobre os

recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos (primariamente a sede da Companhia), despesas da sede e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de ativo financeiro da concessão, intangível, imobilizado, e ativos intangíveis que não ágio.

**n. Demonstração do valor adicionado**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar as informações financeiras.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes) sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no montante da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Contas bancárias	1.436	9	1.888	1.400
Fundos de caixa	40	26	41	29
Aplicações de curto prazo (a)	29.902	11.110	29.902	11.110
Aplicações de curto prazo (b)	-	-	1.186	307
	<b>21.378</b>	<b>2.057</b>	<b>33.017</b>	<b>12.846</b>

(a) Refere-se às aplicações na Caixa Econômica Federal na modalidade CDB LÍQUIDO e em fundos CAIXA FIC IDEAL RF LP, com opções de resgate total ou parcial antecipado, e rendimento fluante ter como índice base o CDI; e, no Banco do Brasil na modalidade CDB DI Swap e CDB DI com vencimentos em 02/04/2015 e 30/11/2015, respectivamente, com opção de resgate total ou parcial antecipado, com rendimentos vinculados a percentuais do DI.

(b) Refere-se à aplicação na modalidade CDB DI no Banco do Brasil, a controlada em conjunto Energética Corumbá III.

**5. CONTAS A RECEBER**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Circulante				
Suprimento (a)	1.641	996	3.040	1.952
Outros	48	-	48	9
	<b>1.689</b>	<b>996</b>	<b>3.088</b>	<b>1.961</b>

(a) Refere-se ao faturamento da Usina comercializada através de leilão pela CELG GT e o percentual de participação comercializada pela Energética Corumbá III.

Composição do contas a receber da Controladora:

Concessionárias	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31/12/2011		31/12/2010	
Suprimento	1.641	-	-	1.641		996	
Outros rendos	48	-	-	48		-	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(103)	(103)		(250)	
	<b>1.689</b>	<b>-</b>	<b>(103)</b>	<b>1.586</b>		<b>746</b>	

A Companhia constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa por meio de uma análise individual do saldo dos clientes, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A provisão constituída é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

O contrato de concessão de transmissão de energia está dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica 01 – ICPC 01, os saldos dos ativos financeiros são como segue:

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Ativo financeiro - Bens da concessão	265.109	268.202
Circulante	53.980	60.100
Não circulante	214.343	208.111
	<b>268.323</b>	<b>268.211</b>

**6. CRÉDITOS FISCAIS**

A CELG GT possui créditos tributários registrados no ativo circulante, os quais deverão ser compensados integralmente.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
IRRF a compensar (a)	406	175	406	175
COFINS a compensar (a)	162	156	162	156
PIS/PASEP a compensar (a)	35	34	35	34
INSS a compensar	-	30	-	31
CSLL a compensar (a)	54	85	54	85
Outros (a)	1	-	2	-
	<b>658</b>	<b>480</b>	<b>659</b>	<b>481</b>

(a) Referem-se às retenções efetuadas por órgãos públicos em cumprimento à Instrução Normativa nº 480 de 15 de dezembro de 2004.

**7. BENS E DIREITOS DESTINADOS À ALIENAÇÃO**

	Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010
Direitos		
Subestação Mambai	286	286

**8. INVESTIMENTO**

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Energética Corumbá III S/A - ECIII (a)	2.698	1.099
Energética Fazenda Velha (b)	216	-
Cooperativa de Crédito dos Empregados da Celg - CREDCELG (c)	8	6
	<b>2.922</b>	<b>1.105</b>

(a) Valor referente ao ágio e gastos diferidos concernentes à parte do custo financeiro da Energética Corumbá III, referente ao atraso de aportes no Consórcio Empreendedor Corumbá III, regulado pela ata da 10ª Assembléia;

(b) Valor referente a participação e aportes para futuro aumento de capital na Energética Fazenda Velha.

(c) Refere-se a integralização de capital referente à participação na Cooperativa de Crédito dos Empregados da Celg (SICOOB CRED-CELG).

A CELG GT é acionista da Energética Corumbá III que participa do Consórcio Empreendedor Corumbá III, tendo por objeto a operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica CORUMBÁ III na qualidade de produtor independente de energia. A usina hidrelétrica entrou em operação comercial no dia 24 de outubro de 2009, com capacidade instalada de 93,6 MW.

Sociedade Controlada em Conjunto	31/12/2011		31/12/2010	
Energética Corumbá III	Quantidade de ações	121.586.088	97.408	
	Participação (%)	37,5	37,5	
	Capital Social	121.586	97.408	
	Patrimônio Líquido	127.426	101.808	
	Lucro do período	8.428	5.913	

A Companhia controla de forma conjunta com outros acionistas a empresa Energética Corumbá III S.A. e os montantes dos principais grupos de Ativo, Passivo e Resultado são como segue:

	31/12/2011	31/12/2010
		(Reclassificado)
ATIVO		
CIRCULANTE	8.531	4.750
NÃO CIRCULANTE	215.841	219.371
<b>Total do Ativo</b>	<b>224.372</b>	<b>224.121</b>
PASSIVO		
CIRCULANTE	20.522	38.780
NÃO CIRCULANTE	76.424	83.533
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	127.426	101.808
<b>Total do Passivo</b>	<b>224.372</b>	<b>224.121</b>




**Celg Geração e Transmissão S.A.**  
**CELG GT**  
 CNPJ 07.779.299/0001-73 - CAPITAL FECHADO


	31/12/2011	31/12/2010
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	30.837	27.605
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(1.420)	(1.270)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	29.417	26.335
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	(9.741)	(9.085)
LUCRO BRUTO	19.676	17.250
DESPESAS OPERACIONAIS	(3.034)	(2.471)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	16.642	14.779
RECEITAS FINANCEIRAS	685	503
DESPESAS FINANCEIRAS	(7.877)	(8.490)
RESULTADO OPERACIONAL	9.450	6.792
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(1.022)	(879)
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>8.428</b>	<b>5.913</b>

**9. IMOBILIZADO**

	31/12/2011		31/12/2010	
	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Líquido 31/12/2011	Líquido 31/12/2010
<b>Em serviço:</b>				
<b>Geração:</b>				
Terrenos	273	-	273	273
Reservatórios, barragens e autoras	19.097	(9.883)	9.214	9.901
Edificações, obras civis e benfeitorias	29.900	(15.353)	14.547	16.354
Máquinas e equipamentos	23.146	(11.570)	11.576	12.601
Móveis e utensílios	12	(12)	-	-
	<b>72.428</b>	<b>(36.818)</b>	<b>35.610</b>	<b>39.129</b>
<b>Administração Central:</b>				
Máquinas e equipamentos	82	(34)	48	56
Móveis e Utensílios	63	(24)	39	46
	<b>145</b>	<b>(58)</b>	<b>87</b>	<b>102</b>
	<b>72.573</b>	<b>(36.876)</b>	<b>35.697</b>	<b>39.231</b>
<b>Em curso:</b>				
Geração	2.459	-	2.459	2.000
Administração central	34	-	34	20
	<b>2.493</b>	<b>-</b>	<b>2.493</b>	<b>2.020</b>
	<b>75.066</b>	<b>(36.876)</b>	<b>38.190</b>	<b>41.251</b>
Obrigações especiais			(4)	(4)
Imobilizado Líquido			<b>38.186</b>	<b>41.247</b>
<b>Movimentação:</b>				
<b>Descrição</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>Adições</b>	<b>Depreciação</b>	<b>31/12/2011</b>
Imobilizado em serviço:	39.231	-	(3.534)	35.697
Obrigações especiais	(4)	-	-	(4)
<b>Total em serviço</b>	<b>39.227</b>	<b>-</b>	<b>(3.534)</b>	<b>35.693</b>
Imobilizado em curso	2.020	473	-	2.493
<b>Total</b>	<b>41.247</b>	<b>473</b>	<b>(3.534)</b>	<b>38.186</b>

	31/12/2011		31/12/2010	
	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Líquido 31/12/2011	Líquido 31/12/2010
<b>Em serviço:</b>				
<b>Geração:</b>				
Terrenos	9.993	-	9.993	9.445
Reservatórios, barragens e autoras	63.835	(11.822)	52.013	51.222
Edificações, obras civis e benfeitorias	34.476	(15.558)	18.918	20.596
Máquinas e equipamentos	40.124	(12.604)	27.520	27.984
Veículos	29	(20)	9	15
Móveis e utensílios	28	(20)	8	1
	<b>148.485</b>	<b>(40.024)</b>	<b>108.461</b>	<b>109.263</b>
<b>Administração Central:</b>				
Máquinas e equipamentos	82	(34)	48	56
Móveis e Utensílios	63	(24)	39	46
	<b>145</b>	<b>(58)</b>	<b>87</b>	<b>102</b>
	<b>148.630</b>	<b>(40.082)</b>	<b>108.548</b>	<b>109.415</b>
<b>Em curso:</b>				
Geração	8.825	-	8.825	8.368
Administração central	34	-	34	21
	<b>8.859</b>	<b>-</b>	<b>8.859</b>	<b>8.389</b>
	<b>157.489</b>	<b>(40.082)</b>	<b>117.407</b>	<b>117.804</b>
Obrigações especiais			(4)	(4)
Imobilizado Líquido			<b>117.403</b>	<b>117.800</b>

	31/12/2010		Adições		Depreciação		31/12/2011	
	31/12/2010	Adições	Depreciação	31/12/2011	Depreciação	31/12/2011	Reapresentado	
Imobilizado em serviço:	109.415	4.024	(12)	488	(5.033)	108.878		
Obrigações especiais	(4)	-	-	-	-	(4)		
<b>Total em serviço</b>	<b>109.411</b>	<b>4.024</b>	<b>(12)</b>	<b>488</b>	<b>(5.033)</b>	<b>108.878</b>		
Imobilizado em curso	8.389	1.462	-	(1.326)	-	8.525		
<b>Total</b>	<b>117.800</b>	<b>5.486</b>	<b>(12)</b>	<b>(838)</b>	<b>(5.033)</b>	<b>117.403</b>		

As principais taxas de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 240 de 5 de dezembro de 2006, são as seguintes:

	Taxa Depr. (%)
Geração:	
Equipamento geral	10,0
Equipamento da tomada d'água	3,7
Estrutura da tomada d'água	4,0
Reservatórios, barragens e condutores	2,0
Turbina hidráulica	2,5

**Bens vinculados à concessão**

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração e transmissão de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador.

**Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica**

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, Estados, Municípios e demais consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo órgão regulador para concessões de geração e transmissão, cuja quitação ocorrerá no final da concessão.

**Análise de Recuperação**

De acordo com o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, para fins de análise de recuperação, o menor nível de unidade geradora de caixa considerado foi cada uma das concessões detidas, analisadas individualmente.

O valor recuperável das unidades de caixa foi estimado com base no seu valor em uso, que representa o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados para estes ativos, e com base nas premissas relacionadas a seguir. Os valores alocados a estas premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

Os fluxos de caixa foram projetados com base nos resultados operacionais e projeções da Companhia até o término das concessões, tendo como principais premissas:

- Cenários macroeconômicos obtidos através de consultorias conceituadas no mercado;
- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira, e;
- Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

O valor recuperável destes ativos superou seu valor contábil, e, portanto, não houve perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

A Interpretação Técnica 10 - ICPC 10 incentiva fortemente que na adoção inicial do Pronunciamento CPC 27 seja estabelecido um valor justo daqueles bens ou conjunto de bens de valores relevantes ainda em operação e que apresentem valor contábil substancialmente inferior ou superior ao seu valor justo. A Companhia fez uma avaliação a valor justo dos seus ativos de geração. Para os demais ativos, a Companhia entende que o custo histórico deduzido da melhor estimativa de depreciação e de provisão para redução ao valor recuperável é a prática que melhor representa seus ativos imobilizados;

**10. INTANGÍVEL**

O saldo é composto basicamente por direitos de servidão de passagem, cuja vida útil é indefinida e softwares, de vida útil definida e cuja amortização é de 20% ao ano, e teve sua recuperação analisada de acordo com o pronunciamento técnico "CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos".

	31/12/2011		31/12/2010	
	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Líquido 31/12/2011	Líquido 31/12/2010
Administração central - G&T	181	(158)	23	60
Administração central - Em curso	349	-	349	-
	<b>530</b>	<b>(158)</b>	<b>372</b>	<b>60</b>
<b>Movimentação:</b>				
<b>Descrição</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>Adições</b>	<b>Amortização</b>	<b>31/12/2011</b>
Intangível em serviço:	60	-	(37)	23
<b>Total em serviço</b>	<b>60</b>	<b>-</b>	<b>(37)</b>	<b>23</b>
Intangível em curso	-	349	-	349
<b>Total</b>	<b>60</b>	<b>349</b>	<b>(37)</b>	<b>372</b>

	31/12/2011		31/12/2010	
	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Líquido 31/12/2011	Líquido 31/12/2010
Celg Geração e Transmissão S.A.	530	(158)	372	60
Geração - ECIII	106	-	106	100
Administração Central - ECIII	4	-	4	2
	<b>640</b>	<b>(158)</b>	<b>482</b>	<b>162</b>

	31/12/2010		31/12/2011	
	Adições	Amortização	Adições	Amortização
Imobilizado em serviço:	162	8	162	8
<b>Total em serviço</b>	<b>162</b>	<b>8</b>	<b>162</b>	<b>8</b>
Imobilizado em curso	-	349	-	349
<b>Total</b>	<b>162</b>	<b>357</b>	<b>(37)</b>	<b>482</b>

**11. FORNECEDORES**

	31/12/2011		31/12/2010	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	
Materiais e serviços	174	334	174	334
Imobilizações em curso	441	205	441	205
Fornecedores - ECIII	-	-	-	4.279
Fornecedores - ECIII	-	-	55	38
	<b>615</b>	<b>539</b>	<b>670</b>	<b>4.856</b>

**12. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS**

	31/12/2011		31/12/2010	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	
IRPJ a pagar	-	-	68	92
IRRF a recolher	3	3	8	4
ICMS diferencial de alíquota	37	1.394	37	1.394
ISS retido a recolher	19	30	24	32
CSLL a pagar	-	-	42	36
FGTS a pagar	94	78	94	78
INSS a pagar	212	217	237	224
PIS a pagar	84	80	91	80
COFINS a pagar	389	366	419	366
Outros	16	22	20	25
	<b>854</b>	<b>2.190</b>	<b>1.040</b>	<b>2.331</b>

**13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos estão, a seguir, demonstradas:

Financiador	Vencimento	Encargos financeiros anuais (%)	Moeda	Controladora		Consolidado	
				31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ELETRA (a)	30/06/2020	INPC + 6%	R\$	775	5.874	702	6.023
ELETROBRÁS (b)	30/11/2013	8%	R\$	-	6.792	-	-
				<b>775</b>	<b>12.666</b>	<b>702</b>	<b>6.023</b>

Financiador	Vencimento	Encargos financeiros anuais (%)	Moeda	31/12/2011		31/12/2010	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ELETRA (a)	30/06/2020	INPC + 6%	R\$	775	5.874	702	6.023
ELETROBRÁS (b)	30/11/2013	8%	R\$	-	6.792	-	-
BNDES (c)	15/09/2023	TJLP + 1,72%	R\$	2.776	28.659	2.779	31.325
				<b>3.551</b>	<b>41.325</b>	<b>3.481</b>	<b>37.348</b>

(a) Refere-se à parcela do saldo devedor junto à Fundação CELG de Seguros e Previdência - ELETRA, relativo aos funcionários da CELG GT. Esse saldo é atualizado com base nas variações acumuladas do INPC e juros de 6% a.a.  
 (b) Refere-se ao contrato ECF-2805/2010 formalizado entre a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS e a CELG GT, no valor de até R\$ 15.551.084,00 para cobertura dos custos de ampliação da SE PALMEIRAS. Esse saldo é atualizado a juros de 5% a.a. incide, ainda, taxas de administração de 2% a.a. e comissão de reserva de 1% a.a.  
 (c) Refere-se ao percentual de participação da operação de crédito realizada pela Energética Corumbá III junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

**14. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS**

	31/12/2011		31/12/2010	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	
INSS	256	190	259	194
FGTS	68	55	68	55
Provisão de Férias	852	685	862	696
Bonificação de Férias	106	96	106	96
	<b>1.282</b>	<b>1.026</b>	<b>1.295</b>	<b>1.041</b>

**15. TAXAS REGULAMENTARES**

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

	31/12/2011		31/12/2010	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	
Reserva Global de Reversão - RGR	139	99	139	99
Conta de Consumo de Combustíveis - CCC (a)	756	897	756	897
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (b)	535	539	535	539
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	46	44	46	44
Taxa de fiscalização - ANEEL	20	17	20	17
Pesquisa e Desenvolvimento (c)	912	675	912	675
	<b>2.408</b>	<b>2.271</b>	<b>2.408</b>	<b>2.271</b>

	31/12/2011		31/12/2010	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	
Reserva Global de Reversão - RGR	139	99	139	99
Conta de Consumo de Combustíveis - CCC (a)	756	897	756	897
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (b)	535	539	535	539
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	46	44	46	44
Taxa de fiscalização - ANEEL	23	17	23	17
Pesquisa e Desenvolvimento (c)	1.024	735	1.024	735





**Celg Geração e Transmissão S.A.**  
**CELG GT**  
CNPJ 07.779.299/0001-73 - CAPITAL FECHADO



**17. FUNDOS VINCULADOS**

Refere-se ao valor percentual de participação na aplicação em conta de reserva conforme determina o contrato de financiamento junto ao BNDES. A remuneração dessa aplicação é o equivalente a aproximadamente 95% da rentabilidade dos títulos públicos federais. O prazo de aplicação é até a liquidação total do financiamento junto ao BNDES (15 de setembro de 2023).

**18. TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS**

A Companhia efetuou uma variedade de transações com partes relacionadas incluindo a venda de energia elétrica e certas transações de financiamentos, conforme tabela:

	Consolidado			
	31/12/2011		31/12/2010	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
CELG Distribuição S.A. - CELG D:				
Contas a receber (a)	3.135	-	3.383	-
Encontro de contas (b)	-	37.790	-	37.471
SE Carajás (c)	-	45.529	-	39.822
Outras contas a pagar	-	3.908	-	1.211
Outras contas a receber	1.178	-	594	-
	4.313	87.227	3.977	78.504
Companhia CELG de Participações - CELGP (d)	-	-	5.914	-
Energética Corumbá III (e)	-	4.391	-	2.586
	4.313	91.618	9.891	81.090
Circulante	4.313	45.679	9.891	39.876
Não circulante	-	45.939	-	41.214

(a) Refere-se às faturas emitidas pela utilização da rede básica e ainda valores faturados no âmbito da CCEE.  
(b) Valores a receber e a pagar referentes ao processo de desverticalização da Companhia Energética de Goiás, atualizados através do IGP-M mais juros de 1% a.m.  
(c) Valor referente à transferência, pela CELG-D, de ativos da SE Carajás para a CELG GT.  
(d) Contrato de mútuo nº 002/2007 celebrado entre a CELG GT e a CELGP de 26 de setembro de 2007, renovado pelo 1º termo aditivo de 27 de junho de 2008.  
(e) Refere-se a participação de 37,5% nas dívidas com pessoas ligadas da Energética Corumbá III.

**19. CAPITAL SOCIAL**

O capital social subscrito e totalmente integralizado é de R\$321.125 mil representado por 321.125.474 ações ordinárias, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia CELG de Participações - CELGP.

**20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Receita Operacional Bruta (21.1)	71.344	62.816	82.908	73.168
Deduções da Receita (21.2)	(17.418)	(15.061)	(17.950)	(15.537)
	<b>53.926</b>	<b>47.755</b>	<b>64.958</b>	<b>57.631</b>

**20.1 A composição da receita é a seguinte:**

	Controladora		Consolidado	
	MWh	R\$ mil	MWh	R\$ mil
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Suprimento CCEE (a)	-	-	767	225
Suprimento CCEAR (b)	58.478	58.805	9.344	8.925
Serviços de Construção (c)	-	-	7.670	7.776
Operação e Manutenção (d)	-	-	41.323	35.402
Financeira de Concessão (e)	-	-	12.121	10.387
Aluguéis (f)	-	-	119	101
	<b>58.478</b>	<b>58.805</b>	<b>71.344</b>	<b>62.816</b>

	Controladora		Consolidado	
	MWh	R\$ mil	MWh	R\$ mil
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Suprimento CCEE (a)	-	-	767	225
Suprimento CCEAR (b)	107.805	108.033	20.908	19.277
Serviços de Construção (c)	-	-	7.670	7.776
Operação e Manutenção (d)	-	-	41.323	35.402
Financeira de Concessão (e)	-	-	12.121	10.387
Aluguéis (f)	-	-	119	101
	<b>107.805</b>	<b>108.033</b>	<b>82.908</b>	<b>73.168</b>

(a) Refere-se à energia gerada e comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.  
(b) Refere-se à energia gerada e comercializada através de leilão da CELG GT e a participação na energia comercializada pela Energética Corumbá III.  
(c) Receita de construção conforme ICPC 01, correspondente a serviços e aquisições de equipamentos incorporados ao ativo de concessão no período.  
(d) Remuneração destinada pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão.  
(e) Receita auferida pelo cálculo de juros da taxa interna de retorno do projeto sobre o saldo de ativo financeiro recebível de concessão de transmissão.  
(f) Refere-se à locação de parte do imóvel denominado "SE Xavantes" à Aruanã Energia S.A.

**20.2 A composição das deduções sobre a receita operacional bruta é a seguinte:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
PIS	1.05	908	1.126	975
COFINS	4.839	4.183	5.186	4.494
Reserva Global de Reversão - RGR	1.668	1.189	1.668	1.189
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	149	3.028	3.149	3.028
Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC	4.002	3.830	4.832	3.830
Pesquisa e Desenvolvimento	384	335	494	433
Outros encargos	1.495	1.588	1.495	1.588
	<b>17.418</b>	<b>15.061</b>	<b>17.950</b>	<b>15.537</b>

**21. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

Os custos e despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Custos / Despesas	Controladora			
	produtos vendidos	Custo dos operacionais	Despesas Total 31/12/2011	31/12/2010
Pessoal e administradores	(7.391)	(6.343)	(13.734)	(11.909)
Entidade de previdência privada	(202)	(252)	(454)	(406)
Materiais	(418)	(49)	(467)	(308)
Serviços de terceiros	(2.896)	(695)	(3.591)	(3.609)
Custo de Construção	(7.670)	-	(7.670)	(7.776)
Depreciação	(3.519)	(51)	(3.570)	(3.579)
Amortização do ativo financeiro	(14.957)	-	(14.957)	(15.294)
Tributos	(49)	(103)	(152)	(355)
Recuperação de despesas	-	26	26	14
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos	(257)	-	(257)	(218)
Taxa de fiscalização	(226)	-	(226)	(203)
Provisão/Reversão para créd. de liq. duvidosa	146	-	146	(10)
Energia elétrica comprada para revenda	(171)	-	(171)	(633)
Outros	(193)	(329)	(522)	(962)
	<b>(37.803)</b>	<b>(7.796)</b>	<b>(45.599)</b>	<b>(45.248)</b>

Custos / Despesas	Consolidado			
	Custo dos produtos vendidos	Despesas operacionais	Despesas Total 31/12/2011	31/12/2010
Pessoal e administradores	(7.391)	(6.688)	(14.079)	(12.517)
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(360)	-	(360)	(383)
Entidade de previdência privada	(202)	(252)	(454)	(406)
Materiais	(418)	(49)	(467)	(308)
Serviços de terceiros	(3.818)	(841)	(4.659)	(4.722)
Custo de Construção	(7.670)	-	(7.670)	(7.776)
Depreciação	(5.004)	(67)	(5.071)	(5.035)
Amortização do ativo financeiro	(14.957)	-	(14.957)	(15.294)
Utilização do Bem Público	(255)	-	(255)	(230)
Tributos	(49)	(124)	(173)	(393)
Recuperação de despesas	-	26	26	14
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos	(554)	-	(554)	(443)
Taxa de fiscalização	(265)	-	(265)	(218)
Provisão/Reversão para créd. de liq. duvidosa	146	-	146	(10)
Energia elétrica comprada para revenda	(370)	-	(370)	(633)
Outros	(289)	(939)	(1.228)	(1.232)
	<b>(41.456)</b>	<b>(8.934)</b>	<b>(50.390)</b>	<b>(49.586)</b>

**22. SEGUROS**

A Companhia, em 31 de dezembro de 2011, não possuía apólice de seguro de seus bens e instalações.

**23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Em atendimento à Deliberação CVM 566, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 14, e à Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2011, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Numerário disponível - está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.
- Contas a receber - decorrem diretamente das operações da Companhia, mantidos até o vencimento, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos e financiamentos - são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábil.

**Fatores de Risco**

a. Risco de crédito: O risco de crédito da Companhia surge da possibilidade de perda que se incorre quando da incerteza de pagamento de faturas da venda de energia elétrica e uso do sistema de transmissão. Este risco está intimamente relacionado com fatores internos e externos e para reduzir este tipo de risco a Companhia atua na gestão das contas a receber e implementa políticas específicas de cobrança. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas na realização destes.

b. Risco de taxa de juros: Risco da Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados. A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir esse risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar necessidade de contratação.

c. Risco quanto a escassez de energia: Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas, tendo que a matriz energética brasileira está baseada em fontes hidroelétricas de geração, que dependem do volume de água em seus reservatórios. Um período prolongado de escassez de chuvas pode reduzir o volume de água em estoque nos reservatórios, podendo impactar em perdas devido à redução de receitas quando da eventual adoção de racionamento energético. Por outro lado o risco é calculado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, que, segundo as informações do plano anual de operação divulgado mensalmente no site www.ons.org.br, não prevê programa de racionamento para os próximos dois anos.

d. Risco de não renovação das concessões: A Companhia detém concessões para exploração dos serviços de geração e transmissão com expectativa, pela Administração de que se sejam prorrogadas pelo Ministério das Minas e Energia com subsídios da ANEEL. Caso a prorrogação das concessões não seja deferida pelo poder concedente ou mesmo ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (Concessão Onerosa), os atuais níveis de rentabilidade da atividade podem ser alterados.

**24. PLANO DE APOSENTADORIA**

A Companhia é patrocinadora da Fundação CELG de Seguros e Previdência - ELETRA, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal a complementação dos benefícios concedidos pela previdência oficial aos empregados da Companhia.

A quantificação dos montantes encontra-se de conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 - benefícios a Empregados, que foi instituído pela Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009, emitida pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A seguir apresentam-se as principais informações quanto aos benefícios aos associados e seus reflexos na patrocinadora:

**a. Definição dos tipos de benefícios**

A CELG GT, através da ELETRA, oferece aos seus empregados o Plano Misto de Benefícios, instituído a partir de setembro de 2000, na característica de Contribuição Definida - CD, durante o período de acumulação e de benefício definido, na fase de pagamento.

A CELG GT tem responsabilidade, no plano original de benefício definido, pelos custos das variações atuariais respectivas, tanto na fase de acumulação quanto na fase de pagamento de benefícios. No plano misto, a responsabilidade da CELG GT na fase de acumulação é variável em função das quotas de recolhimentos dos associados, todavia limitada a um máximo de 20% das remunerações mensais. Na fase de pagamento, após a transferência da reserva acumulada em conta coletiva para o beneficiário da renda vitalícia, a CELG GT assume a responsabilidade apenas pela variação negativa das hipoteses de sobrevivência.

**b. Descrição do plano de benefícios**

O plano prevê a acumulação de reservas individualizadas, por recolhimento mensal de quotas pelos ativos a pela patrocinadora, com base compositiva de 2% sobre os salários, acrescidas de contribuições facultativas definidas pelos participantes em que a patrocinadora acumula até o limite de 20% dos salários. Há ainda, contribuições extraordinárias do participante sem contrapartida da patrocinadora.

O saldo de quotas acumulado na data de concessão do benefício é transformado em renda vitalícia. Os aportes patronais são mantidos em conta coletiva até a data da concessão, quando se transformam em nominativos aos beneficiários.

Os benefícios do plano são os seguintes:

- Suplementação de aposentadoria.
- Suplementação de aposentadoria por invalidez.
- Suplementação de pensão.
- Suplementação do abono anual.

**c. Premissas atuariais**

As premissas utilizadas para avaliação atuarial, sob os critérios estabelecidos na Deliberação CVM nº 600/2009, conforme determinação do item 49c do Pronunciamento anexo à mesma (foi aplicado o método PUC para obtenção do valor presente da obrigação atuarial), executadas por atuário especializado, foram as seguintes:

**c.1. Premissas Financeiras**

	31/12/2011	31/12/2010
PREMISSAS FINANCEIRAS		
Taxa de Juros de desconto real atuarial anual	5,75% a.a.	5,75% a.a.
Projeção de aumentos salariais médios anual	4,67% a.a.	3,08% a.a.
Projeção de aumentos dos benefícios médio anual (INPC)	6,08% a.a.	6,47% a.a.
Taxa de inflação média anual	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Expectativa de retorno dos ativos do plano	12,18% a.a.	12,59% a.a.

**c.2. Premissas Demográficas**

	31/12/2011	31/12/2010
PREMISSAS DEMOGRÁFICAS		
Taxa de Rotatividade	3,16%	3,16%
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos	AT-200 MALE	AT-200 MALE
Tábua de mortalidade/sobrevivência de aposentados	AT-200 MALE	AT-200 MALE
Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos	AT-49 MALE	AT-49 MALE
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927	TASA 1927
Tábua de morbidez	N/A	N/A
Idade de Aposentadoria	Conforme regulamento do plano	Conforme regulamento do plano
Participantes/Aposentados	Família Média - Informações da Entidade	Família Média - Informações da Entidade

**c.3. Outras Premissas:**

Hipótese sobre Gerações Futuras de Novas Entradas: Não Aplicada  
Hipótese sobre a Composição da Família de Pensionistas: Família Média Calculada com base em Informações da entidade.  
Os salários, benefícios e demais variáveis financeiras (tetos, pisos e UME) foram reajustados pelo INPC entre a data do cadastro e 31 de dezembro de 2011.

**d. Custo do Patrocinador**

No exercício de 2011, o montante de contribuições da CELG D para a ELETRA foi de R\$ 454 mil.

**e. Política adotada para reconhecimento de Perdas e Ganhos atuariais:**

e.1. De acordo com Leis Complementares nº 108, de 29 de maio de 2001, os resultados deficitários dos planos devem ser equacionados paritariamente entre a Patrocinadora, os Participantes e os Assistidos, enquanto que os superávits são destinados à constituição de reserva de contingência.

e.2. De acordo com o parecer atuarial emitido pela GAMA CONSULTORES ASSOCIADOS, os registros de passivos já efetuados pela CELG GT, são suficientes para atendimento às normas da Deliberação CVM nº 600/2009.

**25. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR ATIVIDADE**

	Geração	Transmissão	Total
RECEITA OPERACIONAL BRUTA			
Suprimento de energia elétrica	9.344	-	9.344
Energia elétrica de curto prazo - CCEE	767	-	767
Serviços de Operação e Manutenção	-	41.323	41.323
Financeira da Concessão	-	12.121	12.121
Serviços de construção	-	7.670	7.670
Outras receitas	-	119	119
	<b>10.111</b>	<b>61.233</b>	<b>71.344</b>
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL			
PIS	(167)	(884)	(1.051)
COFINS	(768)	(4.071)	(4.839)
Quota para RGR	(350)	(1.318)	(1.668)
CDE	-	(3.149)	(3.149)
CCC	-	(4.832)	(4.832)
Pesquisa e Desenvolvimento	-	(384)	(384)
Outros encargos	-	(1.495)	(1.495)
	<b>(1.285)</b>	<b>(16.133)</b>	<b>(17.418)</b>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	<b>8.826</b>	<b>45.100</b>	<b>53.926</b>




**Celg Geração e Transmissão S.A.**  
**CELG GT**  
 CNPJ 07.779.299/0001-73 - CAPITAL FECHADO


	(948)	(6.443)	(7.391)
<b>CUSTO OPERACIONAL</b>			
Pessoal e Administradores	(46)	(156)	(202)
Entidade de Previdência Privada	(30)	(388)	(418)
Materiais	(1.132)	(1.764)	(2.896)
Serviços de terceiros	-	(7.670)	(7.670)
Custo de construção	(3.519)	-	(3.519)
Depreciação	-	(14.957)	(14.957)
Amortização do ativo financeiro - concessões	(12)	(37)	(49)
Tributos	(257)	-	(257)
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos	(42)	(184)	(226)
Taxa de fiscalização	-	146	146
Provisão/Reversão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(171)	-	(171)
Energia elétrica comprada para revenda	(34)	(159)	(193)
Outros	(6.191)	(31.612)	(37.803)
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>	<b>2.635</b>	<b>13.488</b>	<b>16.123</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>			
Pessoal e Administradores	(1.279)	(5.064)	(6.343)
Entidade de Previdência Privada	(51)	(201)	(252)
Materiais	(9)	(40)	(49)
Serviços de terceiros	(130)	(565)	(695)
Depreciação	(10)	(41)	(51)
Tributos	(16)	(87)	(103)
Recuperação de despesas	5	21	26
Outras despesas	(52)	(277)	(329)
	(1.542)	(6.254)	(7.796)
<b>RESULTADO DO SERVIÇO</b>	<b>1.093</b>	<b>7.234</b>	<b>8.327</b>
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>			
Rendas	492	1.966	2.458
Variações Monetárias	137	469	606
Outras	88	425	513
Ganho com Equivalência Patrimonial	3.161	-	3.161
	3.878	2.860	6.738
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>			
Encargos de dívidas	(1.911)	(7.563)	(9.474)
Variações Monetárias	(842)	(3.667)	(4.509)
Outras	(227)	(605)	(832)
	(2.980)	(11.835)	(14.815)
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>898</b>	<b>(8.975)</b>	<b>(8.077)</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>1.991</b>	<b>(1.741)</b>	<b>250</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>			
Contribuição Social	-	-	-
Imposto de Renda	-	-	-
	-	-	-
<b>LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO</b>	<b>1.991</b>	<b>(1.741)</b>	<b>250</b>

E TRANSMISSÃO S.A. – CELG GT. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. – CELG GT em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. – CELG GT em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Ênfases

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.1, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. – CELG GT, as práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seu custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 18, a Companhia possui transações significativas com partes relacionadas, decorrentes, substancialmente, de operações de compra e venda de energia e transações de financiamento com empresas do mesmo conglomerado econômico-financeiro. Consequentemente, os resultados de suas operações poderiam ser diferentes daqueles que seriam obtidos em transações efetuadas em condições normais de mercado. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

A Companhia, neste exercício, apresentou um lucro de R\$ 250 mil, entretanto, contém um prejuízo acumulado de R\$ 28.412 mil. A administração da Companhia, visando o reequilíbrio econômico e financeiro, vem tomando diversas medidas e a reversão da situação atual estará sujeita ao sucesso dessas implementações adotadas, além de outras, que deverão ser efetuadas ao longo dos próximos exercícios. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

#### Outros assuntos

#### Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da administração da CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. – CELG GT, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e pela Agência Nacional de Energia Elétrica, órgão regulador da Companhia, e como informação complementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

#### Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 31 de março de 2011, sem ressalva e com ênfases similares aos parâmetros acima relacionadas a transações com partes relacionadas e incerteza quanto à continuidade da Companhia.

Goânia, 09 de maio de 2012.

**UHY MOREIRA – AUDITORES**  
CRC RS 3717 S GO

**HERALDO S. S. DE BARCELLOS**  
Contador CRC RS 11609 S GO  
CNAI Nº 43  
Responsável Técnico

#### DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Diretores da Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT, em cumprimento ao disposto no Art. 25, inciso V da Instrução CVM nº 180, de 7 de dezembro de 2009, e às disposições estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com o Parecer, sem ressalvas, da UHY Moreira - Auditores, emitido em 09.05.2012, referente às Demonstrações Financeiras encerradas em 31.12.2011. Goânia, 10 de maio de 2012.

**José Fernando Navarrete Pena**  
Diretor-Presidente  
CPF nº. 303.118.701-63

**Braulio Afonso Moraes**  
Diretor Vice-Presidente  
CPF nº. 082.965.101-20

**Asley Stecca Steindorff**  
Diretor Técnico e Comercial  
CPF nº. 823.112.501-91

#### DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT, em cumprimento ao disposto no Art. 25, inciso VI da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, e às disposições estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras encerradas em 31.12.2011. Goânia, 10 de maio de 2012.

**José Fernando Navarrete Pena**  
Diretor-Presidente  
CPF nº. 303.118.701-63

**Braulio Afonso Moraes**  
Diretor Vice-Presidente  
CPF nº. 082.965.101-20

**Asley Stecca Steindorff**  
Diretor Técnico e Comercial  
CPF nº. 823.112.501-91

#### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. – CELG GT, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. – CELG GT é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que determinam ou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente de se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente de serem causados por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. – CELG GT para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da CELG GERAÇÃO

**CELG**  
DISTRIBUIÇÃO S.A. – CELG D

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**CONCORRÊNCIA- PR-CPL-2.0045/10-DT**

A CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. – CELG D torna público, para conhecimento dos interessados em geral, que A REFERIDA CONCORRÊNCIA, cujo objeto é contratação de serviços contínuos para execução de serviços de manutenção programada, manutenção de emergência e das atividades de construção em linhas de distribuição de energia elétrica, urbanas, rurais, convencionais, compactas, equipamentos elétricos (Com tensão até 138KV), e componentes de pátio de subestações(13,8KV a 138KV), por meio de técnica de linha viva. Antes adiada SINE DIE, Agora com data de abertura de documentação para o dia 28/06/2012.

Informações: Rua 2 nº A-37, acesso pelo Departamento de Transportes - Setor Jardim Goiás, Goiânia-GO, de 08h30m às 11h30m e de 14h às 17h30m. Fone: (62) 3243.2322.

PR-CPL – Comissão Permanente de Licitações.

**O RELATOR**

**CELG**  
DISTRIBUIÇÃO S.A. – CELG D

**AVISO DE ADIAMENTO DE PREGÃO**

**Pregão nº PR-DPPR-7.00062/12-DA-e**

Levamos ao conhecimento dos interessados que a data de realização do Pregão nº PR-DPPR-7.00062/12-DA-e, anteriormente marcado para o dia 19/06/2012 às 08h30min foi adiado para o dia 26/06/2012 às 08h30min.

Local para obtenção de informações: Rua 2 nº 505, acesso pelo Departamento de Transporte da CELG, Setor Jardim Goiás, Goiânia-GO, fone: 62-3243-2322.

**Comissão Permanente de Licitações**  
**Departamento de Pregões**

## Metrobus

#### EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO Nº: 289/12, 28/05/2012;  
CONTRATO: CONTRATO DE COMODATO Nº 022/12  
OBJETO: 01 (Um) Ônibus VW/MAXIBUS, ANO/MODELO 99/00, Placa JXA-5644  
COMODANTE: METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S/A  
COMODATÁRIA: FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR INHUMENSE - FAMI  
PRAZO: até 01/06/2013  
SIGNATÁRIOS: CARLOS MARANHÃO GOMES DE SÁ, GUIDO RIBEIRO DE ARAUJO JUNIOR, HUGO OURADO DE CAMPOS, ANTONIO JOSÉ BATISTA – METROBUS S/A, JOSE FERREIRA CORTE – PRESIDENTE DA FAMI.

Goânia, 30 de maio de 2012.

**CARLOS MARANHÃO GOMES DE SÁ**  
DIRETOR PRESIDENTE

#### EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO: 196/11 de 23/02/2011  
OBJETO: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 044/11 JUSTIFICATIVA: TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DA CONTINUIDADE DO FORNECIMENTO DO OBJETO, RESOLVEM PRORROGAR A VIGENCIA, ALTERANDO O PREVISTO NA CLAUSULA TERCEIRA DO CONTRATO ORIGINAL.  
CONTRANTE: METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S/A  
CONTRATADA: ELETROTURBO ELÉTRICA E TURBINA LTDA.  
VIGENCIA: 24 meses  
DATA DA ASSINATURA: 15/06/12  
NORMA LEGAL: Baseado na Lei nº 8.666/93.  
SIGNATÁRIOS: CARLOS MARANHÃO GOMES DE SÁ, HUGO DOURADO DE CAMPOS, GUIDO RIBEIRO DE ARAUJO JR., ANTONIO JOSÉ BATISTA – METROBUS S/A, RICARDO ALVES DE MENDONÇA – ELETROTURBO ELÉTRICA E TURBINA LTDA.

Goânia, 15 de junho de 2012.

**CARLOS MARANHÃO GOMES DE SÁ**  
DIRETOR PRESIDENTE

## Saneago

GOVERNO DE GOIÁS  
SECRETARIA DAS CIDADES  
SANEAMENTO DE GOIÁS S/A

#### AVISO DE JULGAMENTO

**MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 3.3-009/2012**  
PROCESSO Nº 296/2011 – SANEAGO  
A SANEAMENTO DE GOIÁS S/A - SANEAGO, através da Comissão Permanente de Licitações, torna público que a empresa PRIMECON CONSTRUTORA LTDA EPP foi julgada vencedora da licitação em referência, conforme ata inclusa no referido processo, abrindo-se na data desta publicação, prazo para interposição de recurso.

Goânia, 06 de junho de 2012

**Engº Emmanuel Domingos Peixoto**  
Presidente da CPL

#### SANEAMENTO DE GOIÁS S/A

#### Edital de Comunicação

SANEAMENTO DE GOIÁS S/A - SANEAGO, torna público que requereu da Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH), as seguintes Licenças Ambientais:

- Licença de Funcionamento (LF) do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) do município de Montividiu – GO;
- Licença de Instalação e Operação (LIO) do Sistema de Abastecimento de Água (SAA) do município de Aurilândia – GO;
- Licença de Instalação e Operação (LIO) do Sistema de Abastecimento de Água (SAA) do município de Pilar de Goiás – GO;
- Licença de Instalação e Operação (LIO) do Sistema de Abastecimento de Água (SAA) do município de Rianópolis – GO;
- Licença de Instalação e Operação (LIO) do Sistema de Abastecimento de Água (SAA) do município de São João da Paraúna – GO.

O empreendimento não se enquadra na Resolução CONAMA 001/86 que dispõe sobre o impacto ambiental.